

INFLUÊNCIAS DA AVALIAÇÃO NO CONHECIMENTO PRODUZIDO PELOS PESQUISADORES NAS REDES DE PESQUISA

Elizeth Gonzaga dos Santos **Lima** – UNEMAT

Denise Balarine Cavalheiro **Leite** – UFRGS

Agência Financiadora: CNPq

Introdução

A produção do conhecimento constitui a função central da universidade desde a sua origem. A forma, o como e o para que produzir conhecimento vai se (re)significando e tomando os contornos a partir das determinações históricas, econômicas, sociais e culturais que são definidoras da identidade da universidade. O modelo de universidade alemão ou *humboldtiano* idealizado no Séc. XIX sustenta a produção do conhecimento na investigação livre do domínio da religião, do Estado e das pressões sociais e acadêmicas. O modelo de John H. Newman preocupa-se com o ensino e a formação do cavalheiro, da cultura intelectual. O modelo de universidade francês ou napoleônico se sustenta na formação do profissional para servir às funções da burocracia de Estado. O modelo latino-americano de universidade toma vulto a partir da Reforma de Córdoba, 1918, valorizando o aspecto político da formação das novas gerações, a função da cultura no desenvolvimento das nações recém-emancipadas. No século XX a reconfiguração do papel do Estado e as funções de controle avaliativo, trazem outras perspectivas para os modelos de universidade que passam a diversificar-se e a sustentar a produção do conhecimento sob a influência das vertentes mercadológicas. Nas vertentes mais radicais, os mercados definiriam as demandas da produção do conhecimento e o estado controlaria a qualidade do conhecimento que está a ser produzido. É nessa perspectiva, principalmente, que emergem os processos de avaliação da universidade como mecanismos de controle da qualidade da produção do conhecimento.

Ao considerar as transformações pelas quais passou a produção do conhecimento ao longo dos séculos, este estudo tem como objetivo analisar as formas atuais de produzir conhecimento nas redes de colaboração e suas possíveis implicações no processo de inovação na sociedade do conhecimento e da informação, bem como as possíveis influências das atuais Políticas de Avaliação na produção do conhecimento realizado nas universidades. Queremos entender como se está a vigorar a comercialização do conhecimento científico que pressiona os pesquisadores a produzirem mais em menos tempo e com menor custo, reduzindo a responsabilidade pela transformação social e consolidando a produção de um conhecimento comercializável. É preciso tensionar a produção do conhecimento na universidade, antes que

nos tornemos, enquanto pesquisadores e sujeitos do conhecimento, meramente executores de uma demanda de mercado.

Metodologia

A primeira fase deste estudo foi a construção de uma base teórica sustentada a partir dos teóricos, como: Sabato, Leite, Magalhães & Stoer, Boaventura de Sousa Santos, Benjamin Barber, Paulo Freire, José Dias Sobrinho, Ernest House, dentre outros. As categorias teóricas analisadas e, consideradas basilares para compreensão das questões levantadas foram: produção do conhecimento, inovação, redes de pesquisa e avaliação. Na segunda fase fizemos um levantamento sobre a legislação e as políticas que definem as diretrizes de avaliação da produção científica. Assim analisamos no Brasil o Plano Nacional para a Pós-Graduação - PNPG-2011/2020 no capítulo avaliação, o documento de área da educação-CAPES, os quais estão disponibilizados na página da CAPES www.capes.gov.br e, em Portugal os documentos provenientes da FCT que avalia a produção dos Centros de Pesquisa, disponibilizados na página da FCT – www.fct.pt. Na terceira fase, juntamente com o grupo de pesquisa, fizemos o levantamento de dados sobre os pesquisadores da área da educação do Brasil, classificados como Pesquisadores 1A/CNPq e que fossem ao mesmo tempo líderes de grupos de pesquisa constantes na base de dados DGPB-CNPq. Para as análises do projeto guarda-chuva trabalhamos com 10 currículos lattes que atenderam aos critérios. O período do levantamento dos dados analisados nos currículos foi de 2000 a 2010.

Este estudo que estamos apresentando é um recorte do projeto guarda-chuva e, portanto, da amostra geral (10 pesquisadores), escolhemos 02 (dois) do Brasil e, acrescentamos 02 (dois) pesquisadores de um Centro de excelência Europeu para analisar as interfaces da produção do conhecimento entre estes países e o processo de internacionalização da universidade. A escolha do centro recaiu sobre o Centro Europeu CIPES - Centro de Investigação de Políticas da Educação Superior de Portugal por ter recebido uma classificação com grau de excelência pelos parâmetros de avaliação da Fundação de Ciência e Tecnologia (FCT-Portugal) e, considerando as relações de pesquisa pré-existentes e a possibilidade de emparelhamento com os pesquisadores PQ 1A do CNPq também avaliados como nível de excelência na pesquisa. Assim, os pesquisadores dos dois países apresentaram as mesmas características.

No Brasil os currículos foram analisados a partir da Plataforma Lattes e em Portugal analisamos os currículos quando de visita “*in loco*” ao CIPES, já que este país não possui uma plataforma aberta que disponibiliza os currículos dos pesquisadores. Essa fase de análise dos

currículos foi utilizada para levantamento de questões, as quais estão sendo aprofundadas nas entrevistas com os pesquisadores. Este artigo vai se deter nas análises dos dados coletados nos documentos e nos currículos dos pesquisadores e, posteriormente estaremos publicando as análises das entrevistas.

Algumas considerações sobre a categoria produção do conhecimento

Os espaços da universidade é lugar por excelência da produção do conhecimento científico. As atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão caracterizam a produção e disseminação do conhecimento. A partir dos estudos de Becher (1989, p. 77) consideramos que a produção do conhecimento na universidade está organizada em tribos e territórios. Os territórios são demarcados pelas habitações, como sendo as diversas áreas e disciplinas do conhecimento, já as tribos acadêmicas são as comunidades de conhecimento que habitam os territórios, como grupos e redes de pesquisas, salas de aulas, dentre outras comunidades. Nos territórios há que se considerarem as interrelações entre o social e o cognitivo. Nas tribos há que se considerarem os padrões de trabalho no mundo acadêmico, o seu funcionamento e o relacionamento dos sujeitos com as formas de produção do conhecimento.

Atualmente o reconhecimento da produção do conhecimento tem encerrado conflitos e tensões entre as tribos e os territórios. Esses conflitos foram estudados por Becher e nos ajudam a entender o atual contexto de produção do conhecimento na universidade. Nos estudos de Becher, as tribos (comunidades, grupos, redes) cujos territórios (áreas, subáreas e disciplinas) estão ancorados nas especificidades técnico-metodológicas e epistemológicas que lhes possibilitam produzir conhecimentos baseados em produtos imediatos, visíveis e tangíveis, como é o caso da medicina, engenharias, tecnologia da informação, dentre outras, tem mais possibilidades de reconhecimento do que àquelas baseadas em resultados sociais e na excelência do ensino, como é o caso das ciências sociais e humanas.

Essa constatação é analisada pelo critério de reconhecimento da produção do conhecimento que está definido pela avaliação da qualidade da produção exclusivamente pela quantidade do que se produz. Essa tendência tende a desvalorizar produções significativas e relevantes para as áreas do conhecimento e a valorizar a quantidade de produtos independente de sua relevância. Becher (1989, p. 80) cita Price (1963) e afirma que as contribuições mais significativas para essa questão defendem uma forte correlação entre o mérito e o volume das produções. Mesmo apontando conflitos e tensões nas formas de reconhecimento da produção do conhecimento, Becher defende que a publicação constitui o critério formal e explícito para

o reconhecimento e, neste sentido, a quantidade e a qualidade devem ser variáveis interdependentes.

Outra questão apontada por Becher em relação ao reconhecimento da produção do conhecimento é a lei do mais forte, as hierarquias e as elites que se constroem nas tribos e nos territórios. A hierarquia é uma característica da vida acadêmica de forma mais ou menos sutil. As pessoas estão bastante dispostas a mencionar quais são as revistas mais destacadas de sua área, enumeram as instituições, os cursos, departamentos por ordem de procedência intelectual. Tem um constante processo de hierarquização implícita ou explícita dos sujeitos. Tem um prestígio que acompanham alguns temas em particular e, em algumas áreas, tem incluso algo assim como uma lei do mais forte entre as especialidades que a compõe. Em termos gerais há um domínio do conhecimento duro que se consideram melhores que os brandos e os puros melhores que os aplicado.

Essa hierarquia remete a alguns questionamentos: Quem define o que é melhor na produção do conhecimento? Quem cria estas hierarquias? Becher (1989, p. 84) questiona: “como pode chegar a um acordo tão amplo sobre a idéia de que os químicos tem um nível mais alto que os biólogos?” E responde este questionamento afirmando que as comunidades do conhecimento têm também a ver com a epistemologia: com a natureza e a precisão dos critérios de julgar os méritos, com o grau de elegância do campo intelectual, com o grau até de onde se presta o pensamento abstrato ou responde a modelos matemáticos. Acrescentamos às idéias de Becher que os critérios de julgar o mérito estão definidos nas diretrizes de avaliação da produção do conhecimento, o que tem incentivado e gerado as hierarquias entre as tribos e os territórios.

O resultado desse exercício discriminatório, podemos exemplificar como os rankings, é fortalecer os fortes e execrar os fracos. Becher explica essa questão invocando uma passagem bíblica do evangelho de Mateus: “aos quem tem, se lhes dará ainda mais e, aos que não tem, será tirado inclusive o que tem”. E conclui dizendo que este processo se refere a uma estrutura de elite auto-afirmante. “É provável que os sociólogos que são produtivos no começo de sua carreira continuam sendo, no entanto, é improvável que os que não são, cheguem a sê-lo: a evidência de que o êxito gera o êxito abarca as ciências sociais, as humanidades e as disciplinas profissionais”. (BECHER, 1989, p. 85). Nesta perspectiva a produção do conhecimento pelo prazer de produzir algo novo vai constituindo um caminho perverso e lugar para poucos.

Considerações sobre a categoria inovação na sociedade do conhecimento

A palavra inovação faz parte do discurso e da prática da sociedade do conhecimento, este é o objetivo da sociedade moderna que se pretende alcançar o desenvolvimento. Para Leite (2007, p. 99) vivemos hoje na “sociedade do conhecimento e da informação”, onde os fatores econômicos matam prioridade sobre o social e o cultural. Nos países desenvolvidos (protagonistas do desenvolvimento) vive-se o momento culminante da revolução científico-tecnológica em busca de criar inovação, produtos e patentes que contribuam para o desenvolvimento econômico, o que leva Sabato em 1975 a afirmar que “a investigação científico-tecnológica é uma poderosa ferramenta de transformação de uma sociedade”, o que supõe uma ação decisiva dos países latino-americanos no campo da investigação científico-tecnológica.

Sabato discute a eficiência do processo de inovação a partir do triângulo de relações existentes entre governo, infraestrutura científico-tecnológica e setor produtivo.

O vértice do triângulo da infraestrutura científico-tecnológica é definido como a qualidade e aceitação dos sujeitos que atuam na infraestrutura científico-tecnológica e a capacidade criadora. A investigação é produto da inteligência humana e, portanto, é neste vértice que se encontra a produção do conhecimento científico e é o local por excelência da criação e da inovação. Para Sabato a eficiência deste vértice do triângulo pode estar no trabalho em equipe. “O trabalho em equipe e com recursos abundantes aumenta a eficiência e estimula a criação. A criação é um ato singular de uma mente singular” (1975, p. 148). Poderia ser que desta perspectiva tenham emergido com força total a partir da década de 90 as redes de colaboração na pesquisa científica.

No vértice “Governo” estão localizados um conjunto de leis institucionais que tem como objetivo formular políticas e mobilizar recursos para viabilizar os vértices da estrutura produtiva e da infraestrutura científico-tecnológica através dos processos legislativos e administrativos. O alcance das metas depende de uma série de decisões políticas e da destinação de recursos e de programas científico-tecnológicos.

O objetivo da estrutura produtiva será garantido pela capacidade empresarial pública ou privada com a função de reformar ou revolucionar o sistema de produção, explorando um invento, ou de uma maneira mais geral, uma possibilidade técnica não experimentada para produzir uma mercadoria nova ou uma mercadoria antiga por um método novo, para abrir uma nova fonte de provisão de matérias primas ou uma nova saída para os produtos, para reorganizar uma indústria, etc. Neste vértice está o manuseio e o uso dos produtos (mercadorias) criados pela estrutura científico-tecnológica. O Conhecimento torna-se uma mercadoria que será comercializada na estrutura produtiva.

Sabato (1975) entende que o desenvolvimento será eficiente se houver um equilíbrio e boas relações entre os vértices do triângulo. Ainda discute que as relações horizontais entre o vértice da infra-estrutura científico-tecnológica e do setor produtivo são complicadas quando se trata do setor público. O diálogo entre sujeitos empresariais e cientistas, principalmente do setor público é difícil e pode constituir um obstáculo para a inovação.

A universidade como instituição que essencialmente tem a função de produzir conhecimento entra nesse processo de inovação fazendo parte do vértice infraestrutura científico-tecnológica. Para Leite (2007, p. 99) a universidade é hoje uma parcela coadjuvante fundamental na esfera do global-mundial e, afirma que nesta perspectiva acontece o redesenho capitalista das universidades e o define como a busca da eficiência e eficácia na gestão administrativa tendo repercussões diretas na condução acadêmica do ensino, da pesquisa e da extensão. “Em geral é reconhecer o redesenho capitalista em nossas instituições como uma espécie de desempenho institucional marcado pela comoditização do conhecimento, da ciência e da tecnologia e pela gestão neomanagerialista que favorece a comercialização e as operações com lucro dentro dos campi”. (LEITE, 2005, p. 117)

Neste contexto, se espera da universidade que ela não somente armazene e distribua conhecimentos, mas que também os produza. Sua oferta de educação superior deve possibilitar a geração dos recursos humanos mais qualificados para atuar nas carreiras tradicionais e nas novas carreiras profissionais na produção do conhecimento, da ciência e da tecnologia, ainda que desenvolva uma base científico-tecnológica em cada país que possibilite sua inserção ativa nos mercados regionais e mundiais e que seja empreendedora e ofereça serviços às empresas e a sociedade como uma forma de extensão de seus saberes acumulados.

Nesta perspectiva a inovação pode ser considerada como técnica e operacional, ou seja, é a incorporação do conhecimento como ferramenta que serve ao desenvolvimento do país como estrutura produtiva da sociedade. Para Leite (2007, p. 99) nesta perspectiva a inovação se caracteriza pela modificação de uma estrutura, de um conteúdo, da produtividade de um sistema. Teria como objeto incrementar a qualidade da sua operação. A inovação está conectada a processos de regulação e com lógicas da reprodução social e, portanto, está pautada no controle que em geral é exercido pela coordenação de alguma autoridade administrativa ou consultor estrangeiro. Na sociedade do conhecimento o controle se autojustifica como avanço no sistema.

Por outro lado, estudamos outra perspectiva de inovação que deve ser a base, o fundamento e o sustentáculo da inovação técnica e operacional, porque defende a qualidade da inovação a serviço dos sujeitos que a produz. Denominamos esta perspectiva de inovação

educativa ou pedagógica. Definimos esta inovação a partir dos estudos de Leite (2005 e 2007) como qualidade epistemológica nova com suas vinculações a valores éticos e sociais. Propõe mudanças inovadoras para integrar as funções da universidade ao mundo da vida, as necessidades e desejos das pessoas, para vincular suas finalidades sociais, éticas, científicas e tecnológicas a uma determinada época e as condições da vida do viver de nossos povos, sem perder de vista a pertinência social e individual de suas ações. Nesta perspectiva uma universidade é inovadora quando promove o equilíbrio entre a busca pela excelência, sem exclusões internas ou externas, com compromissos em busca de novas articulações sociais, educacionais e, sobretudo pedagógicas.

As duas perspectivas de inovação que apresentamos não são analisadas como dicotômicas, não estamos nos opondo ao conhecimento técnico e operacional, mas não queremos colocá-lo no “topo da pirâmide”. Queremos inverter o processo, entendendo que todo conhecimento técnico e operacional não se sustenta sem a base do conhecimento fundamental, que se sustenta na inovação pedagógica e coloca os sujeitos no centro das inovações. Estamos pensando em produzir um conhecimento forte, duradouro, amplo e que está para além do imediatismo, que sustenta uma sociedade não somente para este tempo presente, mas para construir história no tempo sincrônico. Defendemos que todo conhecimento produzido, nesta sociedade do conhecimento em qualquer área, precisa estar sustentado pelo conhecimento fundamental que tem como princípio a educação dos sujeitos. É isso que podemos chamar de superior na educação superior.

Considerações sobre a categoria Redes de Pesquisa: Estratégia de produção do conhecimento na sociedade do conhecimento.

Sabato (1975) coloca o trabalho em equipe como estratégia para a eficiência do vértice da infraestrutura científico-tecnológica, nessa vertente as redes de pesquisa emergem com força total. No Brasil, aproximadamente, a partir da década de 80 do século XX surgem as redes de pesquisa, mas a efervescência vai se dar no início do século 21 e, hoje constitui um indicador de avaliação da produção científica internacionalmente. Nas análises de Magalhães (2003) as redes surgem bem antes deste período e já faziam parte das pesquisas nas universidades, porém com um princípio de parceria, de grupos interagindo em torno do mesmo tema, buscando diferentes olhares para aprofundar as análises, sem preocupação com a produção de inovação para o desenvolvimento econômico.

Leite (2010) relata sua experiência com as pesquisas realizadas e conta como surgiram as redes de pesquisa da sua universidade, mostrando que estas emergiram como

necessidade de integração das experiências vivenciadas pelas instituições na produção de um conhecimento livre para investigar o tema que lhes parecesse adequado. Esta rede inicial, relatada por Leite, era formada pelos pesquisadores, cada um em sua universidade e se assentava na procura do conhecimento livre e desinteressado “*for its own sake*”, crítico, porém, pautado nos valores da ciência acadêmica supostamente protegida de interesses econômicos específicos. Somente o controle dos pares eventualmente regularia a produção e difusão do conhecimento.

Os relatos de experiências da pesquisadora vão mostrando que esse viés da produção do conhecimento livre para investigar temas que o pesquisador definisse como necessários vai tomando outros rumos no século XXI. Segundo Leite, a “pesquisa desinteressada” cede espaço à pesquisa contratada, ao projeto que atende aos editais, os quais por sua vez, se conformam aos planos governamentais e à dotação de recursos pré-estabelecida em acordo com prioridades da ciência e da tecnologia nacionais e internacionais. Os grupos de pesquisa passam a atender também ao imperativo do financiamento externo procedente de outras fontes que não as governamentais. A produção do conhecimento com interesses comercializáveis tornou-se uma determinação para os pesquisadores a partir da implantação das Políticas de avaliação.

A universidade sofre essas transformações e é redesenhada a partir do modo de produção capitalista vigente. Segundo Leite (2010), a universidade redesenhada dá lugar à pós-universidade empreendedora que se alia ao pesquisador empreendedor de seus trabalhos e de seus grupos de pesquisa que podem mesmo transformar-se em verdadeiras micro-empresas da pesquisa (Clark, 1998; 2004; Feldman, 2001; Etzkowitz, 2003).

Nesta perspectiva as redes de pesquisa aparecem como estratégia eficiente para produzir conhecimento na perspectiva da inovação técnica e operacional. Magalhães (2003, p.1191), contribui com esta análise e afirma que “ao tornar-se capital informacional e comunicacional, o conhecimento parece mudar de natureza. Por um lado, os enunciados sobre o mundo e a sociedade são traduzidos em bytes de informação por meio dos quais pode circular em rede”. A produção do conhecimento em rede une pesquisadores de diversos lugares, áreas e universidades e rompe as fronteiras da distância, o que possibilita produzir conhecimento de forma globalizada. “As redes de pesquisa impulsionam a criação do conhecimento e o processo de inovação resultantes do intercâmbio de informações e, sobretudo da junção de competências de grupos que unem esforços na busca de metas comuns”. (Balancieri *et al*, 2005, p.1)

Entendemos as redes e grupos de pesquisa como estratégias que emergem com a intencionalidade de produção do conhecimento, com o princípio da integração e de parcerias. Os grupos se modificam, estruturam e reestruturam em atendimento aos mecanismos e critérios de avaliação. As estratégias de avaliação tendem a impulsionar o aumento da produtividade, de formas a garantir o maior número de publicações nacionais e internacionais em atendimento aos parâmetros de excelência da produção científica.

As redes de pesquisa podem se formar a partir dos grupos de pesquisa e/ou externamente a eles com o concurso de pesquisadores de outras instituições e de outros países. Os sujeitos se aproximam para produzir ensino, pesquisa ou extensão formando redes de colaboração, co-autorias, redes de citação, redes de formação e redes de orientação e parcerias nacionais e internacionais institucionalizadas. São teias que se armam e desarmam, o que as difere dos grupos de pesquisa, estes são relativamente estáveis, e necessariamente institucionalizados. As redes se armam independente da institucionalização. O que move tanto a rede quanto os grupos de pesquisa é a produção de conhecimento e, quanto maior a participação em grupos e redes de pesquisa, mais acumulação de conhecimentos.

As políticas de avaliação, com suas estratégias de indução, interferem no trabalho docente de tal sorte, e essa é a nossa hipótese, que estão a modificar a própria procura do conhecimento e a definir o tipo de conhecimento. A partir de indicadores de avaliação e de injunções legais que ditam os procedimentos para fins de controle e produção de resultados, se estabelece um processo de indução implícito que estimula a adequação das atividades docentes, que já eram inerentes à profissão sem pressão externa. Dessa forma, o profissional docente-pesquisador tende a sofrer conseqüências importantes em suas funções. Parece-nos haver uma tendência de um processo crescente de perda de autonomia em relação às decisões sobre a produção do conhecimento.

Com essa preocupação fomos a campo investigar o que se está passando com os pesquisadores de grupos, núcleos e redes de pesquisa de excelência no Brasil e em Portugal, conforme descrito na metodologia.

Análise dos parâmetros e critérios de avaliação da produção científica no Brasil e em Portugal de acordo com os documentos analisados

No Brasil as diretrizes de avaliação para a produção do conhecimento estão definidas de acordo com o PNPG-2011/2020 p. 135 e estão sintetizados a seguir:

- A CAPES deverá adotar, como um dos parâmetros de avaliação, a comparação com programas internacionais considerados de referência, sem qualquer cota previamente

estabelecida para a classificação de programas nos níveis de excelência: este expediente se aplicará aos cursos 5, 6 e 7.

- O desenvolvimento econômico e social do país deverá conduzir à formação (...). Isso envolve a incorporação, no processo de avaliação, de parâmetros que não sejam exclusivamente os das áreas básicas e acadêmicas.

- A avaliação dos programas de natureza aplicada deverá incorporar parâmetros que incentivem a formação de parcerias com o setor extra-acadêmico, visando à geração de tecnologia e à formação, de fato, de profissionais voltados para o setor empresarial: esta diretriz leva à ponderação de outros itens para além de artigos e livros, bem como ao reconhecimento de teses e dissertações ajustadas às suas demandas e necessidades.

Os indicadores de avaliação da produção intelectual, de acordo com o documento de área da educação-CAPES são: - Produções qualificadas em livros, capítulos e Periódicos dos docentes permanentes, assim como em trabalhos completos em anais e, - Produções técnicas: apresentação de trabalho, curso de curta duração, desenvolvimento de material didático e instrucional, desenvolvimento de aplicativo, editoria, organização de evento, programa de rádio e TV e relatórios de pesquisa.

Ainda o documento APCN/2011 apresenta o tipo de produção que é avaliada como sendo: a) produção bibliográfica: artigo completo em periódico, resumo em periódico, livro, capítulo de livro, coletânea, trabalho completo em anais e resumo em anais; b) produção artística: outra produção cultural, música, artes cênicas, artes visuais; c) produção técnica: patente depositada, patente em exploração comercial, software, protótipos e outros.

Em Portugal a avaliação dos centros de pesquisa é realizada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia – FCT/Portugal (<http://www.fct.pt/apoios/unidades/avaliacoes>), a partir das diretrizes contidas no Regime Jurídico de Instituições de Investigação Científica Decreto-Lei N° 125/99 conforme segue sinteticamente:

O Capítulo IV intitulado “Avaliação externa” define no Artigo 28º que a avaliação externa das instituições de investigação científica e desenvolvimento tecnológico abrange: a) a avaliação das candidaturas a financiamentos públicos; b) a avaliação periódica das instituições. O processo de avaliação será realizado por painéis de avaliação, que, em regra, e como forma de promover a internacionalização das instituições e uma desejável reciprocidade na matéria, serão predominantemente constituídos por peritos de instituições não nacionais, sendo a sua composição devidamente publicitada e objecto de renovação periódica.

O Artigo 29º desse mesmo Decreto-Lei define os fatores de avaliação, como sendo:

I. Para as avaliações referidas no artigo anterior serão considerados, em cada domínio científico ou tecnológico, os seguintes fatores:

a. Os resultados e o sucesso da atividade científica ou tecnológica desenvolvida, bem como a eficiência da instituição na obtenção desses resultados com os recursos disponíveis;

b. Os resultados e o sucesso obtidos com a prestação de serviços a entidades externas, públicas ou privadas, e com atividades de certificação, normalização, regulamentação, peritagens e outras, bem como a eficiência da instituição na obtenção desses resultados com os recursos disponíveis;

c. A relevância da atividade de investigação e de desenvolvimento tecnológico efectuada e a sua contribuição para a prossecução dos objectivos nacionais de política científica e tecnológica;

d. A internacionalização das suas atividades;

e. A qualidade da organização e da gestão científica e tecnológica e o ambiente de trabalho, tomando-se nomeadamente em conta a liderança, a estruturação interna e a orientação estratégica;

f. A cooperação efetiva com outras instituições;

g. A difusão dos resultados da atividade da instituição junto dos utilizadores e da sociedade em geral e ainda as atividades desenvolvidas no domínio da promoção da cultura científica e tecnológica, designadamente as que envolvam colaboração com escolas, visando o reforço da educação científica de base.

II. Em função dos resultados das avaliações periódicas das instituições ou de avaliações excepcionais poderão ser decididas correções ao financiamento público inicialmente estabelecido.

III. Quando o processo de avaliação conduzir à conclusão que a qualidade das atividades de investigação é insuficiente, poderá ser determinada a suspensão dos financiamentos públicos que, para esse fim, estejam atribuídos.

Ainda segundo o documento “Evaluation of research units (2007) - guidelines for evaluators and evaluation forms” as notas são estabelecidas numa escala de 1 a 5 conforme segue:

5 - Excelente - pesquisa reconhecida internacionalmente excepcional, que contribuam para o avanço do campo;

4 - Muito bom - alta qualidade da pesquisa internacional, que leva a algumas contribuições para o campo;

3 – Bom - pesquisa Boa, sólida a nível internacional que poderá conduzir a incremental contribuições para o campo;

2 - Satisfatório - pesquisa a nível internacional que não levará necessariamente a contribuições reconhecidas para o campo;

1 - Insatisfatório - o que é improvável a contribuir para avanço do campo, em qualquer nível.

Ainda este documento apresenta os parâmetros para a avaliação dos Grupos de Pesquisas individuais tendo como prioridade em todos os indicadores os padrões internacionais, conforme descrito: “*Para todos os itens deve ter em mente os padrões internacionais*”. (...) No final do processo de avaliação, o painel irá fornecer uma classificação global para cada Unidade de: Excelente, muito bom, bom, regular e fraca, refletindo o desempenho da Unidade no passado e a proposta de pesquisa futura. Unidades que são classificados como *regular ou fraca não receberá financiamento da FCT*.

Observamos pelos documentos analisados que nos dois países o mérito da produção do conhecimento está sendo aferido pela quantidade de produção científica dos pesquisadores. São consideradas produções mais relevantes os artigos, capítulos de livros, livros, patentes, trabalhos técnicos como relatórios, trabalhos completos publicados em anais de eventos que atendem os padrões internacionais. Ainda percebemos o atrelamento da avaliação ao financiamento, mais explicitado nos documentos da FCT-Portugal. Em Portugal o peso maior é para as produções internacionais, as pesquisas que não contribuem com o campo em nível internacional é avaliada como razoável ou fraca e não recebe financiamento. No Brasil esse indicador ainda não é levado em consideração como o de maior peso, porém observa-se uma tendência apresentada no PNPG 2011-2020 e no documento de área da educação esse mesmo parâmetro para os pesquisadores dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* com conceito 6 e 7, considerados nível de excelência.

A partir das análises dos documentos evidenciamos que os parâmetros de avaliação fazem parte de uma tendência de internacionalização das universidades e tendem a se homogeneizarem em busca de um parâmetro de excelência internacional. Estas análises realizadas nos documentos foram comprovadas nas análises dos currículos dos pesquisadores, conforme segue.

Análise da produção científica dos pesquisadores no Brasil e em Portugal a partir dos currículos analisados

Os dados que seguem foram analisados considerando os parâmetros de internacionalização da universidade, dentre os quais, destacamos os indicadores de relevância das publicações internacionais em língua inglesa e a constituição de redes de pesquisas. Nessa perspectiva observamos que o Brasil ainda tem dificuldades em atingir a meta da internacionalização. Visando o alcance dessa meta, os indicadores de avaliação da CAPES – PNPG 2011-2020 sugerem que, além do número de produções por pesquisador, a prioridade seja publicações internacionais para os pesquisadores vinculados aos Programas de Pós-Graduação 6 e 7 (parâmetros de excelência). Na Comunidade Européia, o que, atualmente, está sendo levado em consideração pela FCT na avaliação da produção científica já corresponde ao que se projeta como excelência no Brasil, ou seja, publicações em veículos internacionais e em língua inglesa preferencialmente. Esse indicador ainda não corresponde às produções dos pesquisadores produtividade 1A do CNPq como observamos nos dados que seguem.

Os quadros demonstrativos 01 e 02, a seguir, apresentam a produção científica dos pesquisadores do Brasil e Portugal. Observamos que no Brasil 94% dos artigos publicados e dos capítulos de livros são nacionais e 6% internacionais; 96% dos livros são nacionais e 4% internacionais. Observa-se que a produção está basicamente sendo publicada nos veículos nacionais. Essa tendência inverte-se quando analisamos as produções dos pesquisadores de Portugal, cujas médias de publicações é de: 54% dos artigos publicados são internacionais e 46% nacionais; 52% dos capítulos de livros são internacionais e 48% nacionais; 30% dos livros publicados são internacionais e 70% nacionais. Ainda destacamos que a maioria das produções está em língua inglesa. Estes dados inserem os pesquisadores individualmente e o CIPES nos parâmetros de internacionalização da universidade, o que ainda não acontece com os pesquisadores do Brasil. Os dados estão apresentados nos quadros 01 e 02 que seguem:

Quadro 01 - demonstrativo da produção científica dos pesquisadores 1 A CNPq/Brasil que apresentam semelhanças com os pesquisadores de Portugal

Pesquisador	IES	Região	Estado	n° artigos			n° capítulos livros			n° livros		
				Nacio nal	inter	Total	Nacio Nal	Inter	Total	Nacio nal	Inter	Total
1	PUC	Sudeste	RJ	34	0	34	38	3	41	13	0	13
2	UFRJ	Sudeste	RJ	24	4	28	59	3	62	34	2	36
Total				58	4	62	97	6	103	47	2	49
Total (%)				94%	6%		94%	6%		96%	4%	

Quadro 02 - demonstrativo da produção científica dos pesquisadores do CIPES em Portugal

Pesquisador	IES	Região	n° artigos			n° capítulos livros			n° livros		
			Nacional	inter	Total	nacional	inter	total	nac.	inter	Total
1	UA	PT	13	18	31	10	9	19	8	2	10
2	UP	PT	16	16	32	11	14	25	8	3	11
Total			29	34	63	21	23	44	16	7	23
Total em %			46%	54%		48%	52%		70%	30%	

Em resumo, neste extrato da amostra que serviu como referência para este estudo, os dados demonstraram que os pesquisadores do Brasil em quantidade publicam tanto quanto os pesquisadores de Portugal, porém as publicações em sua grande maioria são nacionais, o que inversamente acontece com os pesquisadores do CIPES em Portugal.

Os dados nos levam a constatar que as redes de pesquisadores 1A do Brasil atende o nível de excelência da avaliação da CAPES. A produção dos pesquisadores analisados ultrapassa o mínimo exigido sendo contempladas nos indicadores de qualidade de excelência do Brasil, mas não atende aos parâmetros de internacionalização da universidade. Já os pesquisadores de Portugal inversamente aos do Brasil, tem o índice de produção em nível internacional superior ao nível nacional, e ainda com a maioria das produções em inglês. Esse dado também se deve aos parâmetros de avaliação da A3ES-PT (Agência de avaliação e Acreditação do Ensino Superior em Portugal) e FCT (Fundação de Ciência e Tecnologia de Portugal) sobre a produção científica, em que, o indicador de excelência além da quantidade da produção, leva-se em consideração, como indicador prioritário, as publicações internacionais e de preferência em língua inglesa.

Nos dois casos analisados podemos observar que os indicadores de avaliação correspondem ao que se espera da produção do conhecimento dos pesquisadores conforme legislação e comprovadas pelas produções e avaliações existentes.

Considerações finais

Percebemos que há implicitamente nos documentos analisados sobre a avaliação da produção do conhecimento tanto no Brasil quanto em Portugal uma pressão para produzir cada vez mais e uma tendência de homogeneização do conhecimento produzido para atender o processo de internacionalização da universidade. Os princípios do conhecimento como mercadoria traz como consequência a necessidade de produzir mais para atender uma demanda econômica, atrela a produção de conhecimento a uma demanda mercantilista globalizada que define áreas prioritárias e ao financiamento. Nessa perspectiva as áreas

definidas como prioritárias são àquelas que atendem ao princípio da inovação técnica como geração de produtos que sirvam ao desenvolvimento econômico.

Preocupam-nos nesse processo os rumos das pesquisas sustentadas no viés da crítica, da busca de valorização do sujeito, comprometida com a melhoria de vida destes. A perspectiva que está posta é a priorização, inclusive com financiamentos, das áreas prioritárias que estão definidas pelas Políticas de Ciência e tecnologia, como engenharias, tecnologias, agrárias, saúde, dentre outras, que não contemplam as ciências sociais. Essa é uma preocupação muito grande, pois as prioridades estão sendo definidas pelas emergências econômicas, o que leva a um enfraquecimento das pesquisas em ciências sociais e em outras áreas que estão voltadas para a qualidade de vida social dos sujeitos. Essas questões precisam de debates, aprofundamento e intensificação de estudos a fim de compreendermos as consequências das avaliações e do processo de internacionalização para a produção do conhecimento. Os resultados apresentados estão sendo aprofundados a partir das entrevistas com os pesquisadores.

Referências

BALANCIERI et al. A análise de redes de colaboração científica sob as novas tecnologias da informação e da comunicação: Um estudo na Plataforma Lattes. *Ci, inf.*, Brasília, v. 34, n. 1, p. 64-77, jan a abril de 2005.

BECHER. Tony. *Tribus y territorios académicos: La indagación intelectual y las culturas de las disciplinas*. Gedisa editorial, Biblioteca de Educación. Educación Superior. Impreso en España, 1989.

CASTELLS, Manuel. *El surgimiento de la sociedad de redes*. London: Blackwell Publishers, 1996.

CHRISTAKIS, C. e Fowler, J. *O poder das conexões*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2010.

CORSANI, Antonella. Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo. In: GALVÃO, A; Silva, G. e Cocco, G. *Capitalismo cognitivo. Trabalho, redes e inovação*. Rio de Janeiro, DP & A, 2003. p.15-32.

DIAS SOBRINHO, José. *Dilemas da Educação Superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?* Casa do psicólogo, São Paulo, 2005b. 219

FREITAS, Luiz Carlos de. *Uma Pós-modernidade de Libertação: reconstruindo as esperanças*. Autores Associados, Campinas – SP, 2005a. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

LEITE, Denise B. C. *AValiaÇÃO E REDES DE COLABORAÇÃO: Inovação e mudanças nas teias de conhecimento. Projeto de Pesquisa apresentado ao CNPq*. 2010.

_____. *Brasil Urgente! Procuram-se! Identidades da Universidade*. *Revista Educación Superior y Sociedad*, v. 15, p. 91-106, 2010.

_____. *Innovaciones y el control del conocimiento: proposiciones y postulados*. *Revista Del Instituto de Investigaciones em Ciencias de La Educación*, Año XV, nº. 25 Agosto, 2007.

_____. *Inovações Pedagógicas e avaliação participativa*. In: MELLO, Helena Maria Billig COSTA. Fátima Terezinha Lopes da. MOREIRA, Jacira Cardoso de. (Orgs). *Pedagogia universitária: Campos de conhecimento em construção*. Cruz Alta, Unicruz, 2005.

_____. *A Avaliação em Prática*. *Revista Avaliação*, Campinas, V.1, n.1, Julho 1996, p. 33-41.

LUZ, Madel T. *Prometeu Acorrentado: Análise Sociológica da Categoria Produtividade e as Condições Atuais da Vida Acadêmica*. *Physis: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 15 (1), p. 39-57, 2005.

MAGALHÃES, Antonio M., STOER, Stephen R. *Educação, Conhecimento e a sociedade em rede*. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 24, n.85, p. 1179-1202, dez 2003.

SABATO, Jorge A. *El pensamiento latinoamericano em la problemática ciência-tecnología-desarrollo-dependencia*. Editorial Paidós. Impreso em Edigraf Delgado, Buenos Aires, octubre de 1975.